

O CAMPO POLÍTICO, O CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O CAMPO JORNALÍSTICO¹

The Political Field, the Social Science Field and the Journalistic Field

*El Campo Político, El Campo de Las Ciencias Sociales y el Campo
Periodístico*

Pierre Bourdieu

Tradução:

Leopoldo Pedro Neto

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis – SC, Brasil

leopoldo.neto@posgrad.ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0003-2372-6229> 

Matheus Manoel Lobo Pismel

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis – SC, Brasil

matheuslobopismel@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-3280-3142> 

Jacques Mick

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis – SC, Brasil

jacques.mick@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0001-8456-9488> 

¹ Nota dos tradutores: Esta tradução foi realizada do inglês para o português, com base no primeiro capítulo do livro *Bourdieu and the Journalistic Field* (Polity Press, 2005), intitulado *The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field* (“O Campo Político, o Campo das Ciências Sociais e o Campo Jornalístico”). Tentamos localizar o texto original em francês para cotejar as traduções, mas trata-se de um material de acesso extremamente difícil. Agradecemos à *Éditions du Seuil*, na pessoa de Marie Lemelle, por intermediar o contato com a família Bourdieu, que gentilmente nos concedeu autorização para a publicação. No que diz respeito às obras citadas por Bourdieu ao longo do texto, buscamos incluir, sempre que possível, as referências disponíveis em língua portuguesa. As notas de rodapé marcadas com N.T. indicam intervenções dos tradutores; as demais já constavam no texto original.

Resumo: Traduzido pela primeira vez para o português, este texto é resultado de uma palestra universitária realizada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu em Lyon, na França. Em seu argumento, o sociólogo francês desenvolve a hipótese de que o campo jornalístico se encontra cada vez mais heterônomo, submetido às regras e condicionamentos da economia e da política. Com a dominação do polo comercial sobre o polo puro do campo, o jornalismo impõe os seus condicionamentos a todos os outros campos, particularmente aos campos de produção cultural, como o campo das ciências sociais, filosofia etc., e ao campo político. A discussão bourdieusiana sobre a mídia, mais debatida nos círculos acadêmicos brasileiros a partir do livro *Sobre a Televisão* (1998), fez parte do interesse crescente de Bourdieu pelo campo jornalístico nas suas intervenções públicas e teóricas a partir da década de noventa – período em que o sociólogo utiliza seu arcabouço sociológico para criticar a dominação neoliberal nos campos de produção simbólica.

Palavras-chave: campo jornalístico; campo político; campo das ciências sociais; sociologia do jornalismo; Pierre Bourdieu.

Abstract: Translated into Portuguese for the first time, this text is the result of a university lecture delivered by French sociologist Pierre Bourdieu in Lyon, France. In his argument, the sociologist develops the hypothesis that the journalistic field is becoming increasingly heteronomous, subjected to the rules and constraints of economics and politics. With the dominance of the commercial pole over the autonomous pole of the field, journalism imposes its constraints on all other fields, particularly cultural production fields such as social sciences, philosophy, etc., and the political field. Bourdieu's discussion of the media, more widely debated in Brazilian academic circles following the publication of *On Television* (1998), reflects his growing interest in the journalistic field during his public and theoretical interventions in the 1990s—a period when the sociologist employed his sociological framework to critique neoliberal dominance in symbolic production fields.

Keywords: journalistic field; political field; social science field; sociology of journalism; Pierre Bourdieu.

Resumen: Traducido al portugués por primera vez, este texto es resultado de una conferencia universitaria impartida por el sociólogo francés Pierre Bourdieu en Lyon, Francia. En su argumentación, el sociólogo desarrolla la hipótesis de que el campo periodístico se encuentra cada vez más heterónimo, sometido a las reglas y condicionamientos de la economía y la política. Con la dominación del polo comercial sobre el polo puro del campo, el periodismo impone sus condicionamientos a todos los demás campos, en particular a los campos de producción cultural, como el de las ciencias sociales, la filosofía, etc., y al campo político. La discusión bourdieusiana sobre los medios, más debatida en los círculos académicos brasileños a partir del libro *Sobre la televisión* (1998), formó parte del creciente interés de Bourdieu por el campo periodístico en sus intervenciones públicas y teóricas durante la década de 1990, período en el que el sociólogo utilizó su marco sociológico para criticar la dominación neoliberal en los campos de producción simbólica.

palabras-clave: campo periodístico; campo político; campo de las ciencias sociales; sociología del periodismo. Pierre Bourdieu.

Introdução

O meu objetivo aqui é satisfazer dois tipos de expectativas: por um lado, o que poderia ser chamado de expectativas acadêmicas, tentando apresentar os instrumentos teóricos os quais, me parece, podem servir de maneira geral para analisar fenômenos sociais e, em particular, fenômenos de produção cultural como literatura, arte, jornalismo, etc.; e, por outro lado, interesses políticos ou cívicos – eu frequentemente digo que a sociologia pode ser um tipo de esporte de combate simbólico que oferece meios de resistência contra as variadas formas de violência simbólica que podem ser exercidas contra os cidadãos, em particular, e muito frequentemente hoje em dia, pelo campo da

mídia. Mas primeiramente eu gostaria de percorrer rapidamente um certo número de definições em torno do conceito de campo.

Eu estabeleci a genealogia intelectual do “campo” no meu livro *As Regras da Arte* (Bourdieu, 1996) e em um artigo na *Revista Francesa de Sociologia*² que analisei o campo religioso (Bourdieu, 2004). Sobre alguns outros campos, - o campo científico, o campo político, o campo legal etc. - há também vários artigos em *Atos de Pesquisa em Ciência Social*³. Em *A ontologia política de Martin Heidegger* há uma análise do campo filosófico alemão na qual e em relação a qual o pensamento de Heidegger foi constituído (Bourdieu, 1989). Por fim, em *As Regras da Arte* existe um estudo detalhado do funcionamento do campo literário.

Escolhi apresentar para vocês um objeto que é, me parece, muito importante tanto cientificamente quanto politicamente, mais precisamente a relação entre o campo político, o campo das ciências sociais e o campo do jornalismo. Estes três universos sociais são relativamente autônomos e independentes, mas cada um deles exerce efeito sobre os outros que eu gostaria de tentar trazer à luz. Quando nós assistimos televisão, quando nós lemos um livro ou um jornal, nós tendemos a julgar e explicar o que nós vemos ou lemos mobilizando os recursos da sociologia espontânea, e atribuindo tudo na responsabilidade de indivíduos, na natureza maligna das instituições, etc. Porém, na minha opinião, pode-se realmente entender essas questões somente por meio de uma análise das estruturas invisíveis que são os campos, e, nesse caso particular, por meio de uma análise de algumas estruturas particularmente invisíveis, mais precisamente as relações entre esses três campos.

Aqui está uma definição simples da noção de campo, uma definição conveniente, mas, como todas as definições, muito inadequada: um campo é um campo de forças no qual os agentes ocupam posições que estatisticamente determinam as posições que eles assumem com respeito ao campo, essas tomadas de posição têm por objetivo conservar ou transformar a estrutura de relações de força constitutiva do campo.

Em outras palavras, em alguns aspectos, o campo (por exemplo, o campo literário como um microcosmo que reúne agentes e instituições engajados na produção de obras literárias) é comparado com um campo de forças físicas; mas não é redutível ao campo físico – é o local de ações e reações performadas por agentes sociais dotados de disposições permanentes, parcialmente adquiridas em suas experiências nesses campos

² Original: *Revue française de sociologie*. Grifo do autor. (N.T)

³ Original: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Grifo do autor. (N.T)

sociais. Os agentes respondem a essas relações de forças, a essas estruturas; eles as constroem, as percebem, formam uma ideia sobre elas, as representam para eles mesmos, e assim sucessivamente. E, ao serem, portanto, condicionados pelas forças inscritas nesses campos e sendo determinados por essas forças em relação às disposições permanentes deles, eles são capazes de agir sobre esses campos, em maneiras que são parcialmente pré-condicionadas, porém com uma margem de liberdade.

O conceito de campo é uma ferramenta de pesquisa, a sua principal função consiste em possibilitar a construção científica dos objetos sociais. Eis porque, para deixar evidente o que eu quero dizer por campo, em vez de parafrasear o que eu acabei de dizer, ou apresentar uma genealogia do conceito – ao dizer que o conceito advém de Ernst Cassirer, por intermédio de Kurt Lewin, etc. – ou, novamente, melhor do que mostrar a relação – tanto de continuidade como de ruptura – com noções equivalentes do trabalho de Max Weber (o sociólogo que mais se aproximou da noção de campo, mas que, porque não a construiu de maneira explícita, não conseguiu completar o projeto em que ele trabalhou durante a sua vida), em poucas palavras, melhor do que performar exercícios escolásticos sobre o conceito de campo, eu gostaria de colocá-lo a operar em um tipo de exercício de construção do objeto, com toda incerteza, imperfeição, e incompletude que isso implica.

No universo social contemporâneo, há, nos olhos do senso comum, jornalistas, políticos, jornalistas da televisão que entrevistam políticos, sociólogos que dão entrevistas nos jornais ou que entrevistam políticos e jornalistas, e assim por diante. Então, há agentes visíveis, perceptíveis, que se encontram, que podem batalhar entre si, competir entre si e assim por diante. O que se ganha ao substituir essa visão fenomênica por esse conjunto de agentes singulares designados por nomes próprios, o espaço de relações invisíveis que são constitutivos do que eu chamo de campo das ciências sociais, ou do campo jornalístico, ou do campo político? Em uma noite de eleição na televisão, por exemplo, os campos que acabei de mencionar – o campo político, o campo das ciências sociais e o campo jornalístico – estão presentes, mas eles estão presentes sob a forma de pessoas. Vocês verão um historiador muito conhecido, um especialista em história política; ele comentará os resultados, ao lado de um jornalista e do diretor do Instituto de Estudos Políticos de Paris⁴, que é um membro do campo acadêmico e do campo das ciências sociais através das organizações de votação que ele também aconselha. Poderia se produzir uma descrição interacionista, isto é, uma descrição limitada às interações entre indivíduos, ou uma análise

⁴ Do original: *Paris Institut d'études politiques* (N.T.).

de discurso olhando para a retórica mobilizada, os procedimentos, as estratégias, e assim por diante. O que eu proponho é um pouco diferente: eu postulo como hipótese que quando o historiador aborda o jornalista, não se trata de um historiador que conversa com um jornalista – o que já é um começo na construção do objeto –, trata-se de um historiador que ocupa uma determinada posição no campo das ciências sociais que conversa com um jornalista ocupando uma determinada posição no campo jornalístico e, em última instância, é o campo das ciências sociais que fala com o campo jornalístico. E as propriedades da interação – por exemplo, o fato de que o jornalista trata o historiador como um tipo de árbitro transcendente situado acima do debate estritamente político, a autoridade que pode ter a última palavra – expressa a estrutura do relacionamento entre o campo jornalístico e o campo das ciências sociais. E, por exemplo, a objetividade estatutária que é atribuída ao historiador não é ligada a alguma propriedade intrínseca da pessoa mas do campo do qual ele ou ela é parte, o que é uma relação objetiva de dominação simbólica, nesse caso específico, sobre o campo jornalístico (enquanto o último pode exercer dominação simbólica sobre o campo da ciência social em outros domínios, por exemplo aquele do acesso ao público). Em suma, o programa de TV, quando visto através do conceito de campo, entrega uma série de propriedades que não se apresentam em si na intuição.

O campo sobre o qual eu estou oferecendo análise é uma forma expandida do que é ordinariamente chamado de mundo político, o microcosmo político. A palavra microcosmo dá alguns passos para sugerir que o universo político, com as suas instituições (os partidos), suas regras de funcionamento, seus agentes selecionados de acordo com certos procedimentos (eleitorais) etc., é um mundo autônomo, um microcosmo configurado dentro do macrocosmo social. O microcosmo político é um tipo de universo pequeno preso nas leis de funcionamento do universo mais amplo, mas, apesar disso, dotado de autonomia relativa dentro daquele universo e obedecendo suas leis próprias, seu próprio *nomos* – em uma palavra, autônomo.

Deve-se tomar nota dessa autonomia relativa a fim de entender as práticas e os trabalhos que são gerados dentro desses universos. Desse modo, tradicionalmente, muitos estudos dedicados à lei, literatura, arte, ciência, filosofia, ou quaisquer produções culturais, são distribuídos entre duas formas dominantes de abordagem. Uma delas, que pode ser chamada de internalista, postula que para compreender a lei, a literatura, etc., é necessário e suficiente ler textos sem necessariamente se referir ao contexto, que o texto é autônomo e autossuficiente, que não há portanto necessidade de relacioná-los com fatores externos (econômicos ou geográficos, por exemplo); a outra abordagem, em contraste, abordagem

muito mais rara e dominada, empreende relacionar os textos com o contexto social deles. De maneira geral, essa leitura externalista é considerada sacrílega e é vista com grande suspeita pela casta de comentadores, os *lectores*, os sacerdotes do comentário, que têm o monopólio do acesso legítimo ao texto sagrado. Contra a visão internalista, que é muito poderosa na filosofia (filosofia e direito são as duas disciplinas que conseguem conservar o monopólio de sua história até os dias de hoje), eu sempre invoco um texto muito bom de Spinoza (2004), que, no *Tratado Teológico-Político*, discutindo os problemas clássicos da exegese que deram ascensão às tradições hermenêuticas – Hans-Georg Gadamer, Paul Ricoeur, e outros – faz uma série de perguntas: como entender os textos sagrados, aqueles dos profetas, da Bíblia, se você não sabe quem os escreveu, quando eles foram escritos, como eles os escreveram, em qual língua, quem definiu o cânone – em outras palavras, o *corpus* dos textos canônicos sagrados, os textos que merecem ser considerados sagrados? Spinoza levanta todas essas questões sobre os textos sagrados da tradição religiosa, e, curiosamente, os filósofos que alegam lealdade a Spinoza, ou alguns deles ao menos, ainda consideram o sacrilégio de perguntar essas questões de Spinoza em referência aos textos filosóficos também: “quem os escreveu?” – isto é, o que eles estavam fazendo, como eles foram treinados, onde eles estudaram, de quem eles foram pupilos, contra quem eles estavam escrevendo, em outras palavras, qual era o campo em que eles estavam incorporados? O conceito de campo tem a função inicial de oferecer o caminho para sair dessa escolha forçada, de negar a escolha entre uma leitura interna do texto que consiste em considerá-lo em si e por si, e uma leitura externa que grosseiramente relaciona o texto à sociedade em geral. Entre as duas há um universo social que é sempre esquecido, aquele dos produtores das obras, o universo dos filósofos, o universo dos artistas, o universo dos escritores, e não somente escritores mas também instituições literárias, jornais por exemplo, as universidades onde escritores são educados e assim por diante. Falar de campo é nomear esse microcosmo, que também é um universo social, mas também um universo social libertado de um certo número de condicionamentos que caracterizam o universo social abrangente, o universo que é um pouco separado, dotado de suas próprias leis, seu próprio *nomos*, sua própria lei de funcionamento sem ser completamente independente de leis externas.

Uma das questões que devem ser feitas sobre um campo é sobre o seu grau de autonomia. Por exemplo, entre os três campos que eu mencionei, o campo jornalístico é caracterizado, em comparação com o campo da sociologia (*a fortiori* em comparação com o campo da matemática), por um alto grau de heteronomia. É um campo com uma

autonomia muito fraca, mas sua autonomia, fraca embora exista, implica que não se pode entender o que acontece lá simplesmente na base de conhecimento do mundo ao redor: para entender o que acontece no jornalismo, não é suficiente saber quem financia as publicações, quem são os anunciantes, quem paga pelos anúncios, de onde os subsídios se originam, e coisas assim. Parte do que é produzido no mundo do jornalismo não pode ser entendido sem que se conceitualize seu microcosmo como tal e se esforce para entender os efeitos que pessoas engajadas nesse microcosmo exercem umas nas outras.

O mesmo vale para o campo político no sentido estrito. Marx diz em algum lugar que o universo político, identificado com o mundo parlamentar, é uma espécie de teatro, oferecendo uma representação teatral do mundo social, da luta social, que não é inteiramente séria, mas desrealizada, porque as verdadeiras apostas, verdadeiras lutas, estão em outro local. E, assim, ele aponta uma das importantes propriedades do campo político, o fato de que esse campo, não obstante a pequena autonomia que pode ter, realmente tem uma certa autonomia, um grau de independência, por isso, para entender o que acontece ali não é suficiente descrever os agentes como estando a serviço dos produtores de aço, ou os produtores de beterraba, como se dizia no passado, ou os grandes empregadores, etc. Dizer que políticos – parlamentares ou ministros – estão inscritos em um campo é dizer que as apostas pelas quais eles lutam, as motivações que os guiam, têm seus princípios no microcosmo e não diretamente no macrocosmo. Em outras palavras, para entender as posições políticas que um representante assume, não é suficiente considerar as variáveis ordinárias, como pertencimento de classe e posição social no espaço social global. Nem mesmo é suficiente conhecer as relações de dependência vis-à-vis desse ou daquele poder externo, assim como o fato de que ele ou ela é um ex-empregado de um banco – um fato que não escapa deixaria de ser citado em batalhas eleitorais – ou caracterizar o agente social por seus ou suas determinantes externos, que podem derivar de origem social, ocupação ou conexões econômicas ou sociais diretas ou indiretas. Também deve-se levar em conta a posição ocupada no jogo político, o fato de que o agente está situado no lado do polo mais autônomo do campo ou, ao contrário, no lado do polo mais heterônomo, o fato de que ele ou ela é membro de um partido situado no lado mais autônomo ou mais heterônomo, e, dentro do partido, tem um status mais ou menos autônomo.

Na verdade, o total daquilo que pode ser explicado pela lógica do campo varia de acordo com a autonomia do campo. O campo político, embora aparentemente sujeito a uma constante pressão de demanda, constante controle de sua clientela (por via do

mecanismo eleitoral), é atualmente fortemente independente daquela demanda e mais e mais inclinado a se fechar em si mesmo, em seus próprios interesses (por exemplo, aqueles de competição por poder entre os partidos e dentro de cada partido). Trata-se de uma espécie de intuição vaga deste fechamento em interesses específicos dos titulares de mandatos que são expressos em um difuso antiparlamentarismo ou em uma hostilidade mais ou menos abertamente declarada para políticos, denúncias de corrupção, e assim por diante. Alguns sociólogos, conhecidos como neomaquiavelianos, como Robert Michels, um teórico alemão da social-democracia, ou Gaetano Mosca, um teórico italiano, identificaram a lógica – eles a chamam de lei de ferro da oligarquia, em particular das oligarquias políticas – que favorece essa separação e esse fechamento levando até mesmo os partidos que falam ostensivamente pelo estrato mais desfavorecido a acabar autorizando formas autoritárias de representação, com uma pequena minoria de representantes eventualmente monopolizando a energia social delegada a eles por seus eleitores. Há uma lógica pela qual o poder democraticamente adquirido pelos representantes de um partido é em algum sentido concentrado nas mãos dos líderes, que pouco a pouco rompem com sua base e eventualmente agem como uma espécie de oligarquia, prosperando no poder dos mandatários despojados. A lei de ferro das oligarquias políticas é equivalente à “tendência dos corpos clericais” de assumirem eles mesmos, como Weber diz, “o monopólio legítimo da manipulação dos bens da salvação”. Essa tendência para a concentração dos meios políticos, a qual é o equivalente à concentração do acesso aos meios de salvação, assume a forma de concentração do discurso, por exemplo: os eleitores delegam aos parlamentares, que delegam os porta-vozes, etc., e, dado o papel da mídia contemporânea, quatro ou cinco porta-vozes, permanentemente presentes na televisão, assumindo um tipo de monopólio do acesso aos meios da manipulação legítima da visão de mundo (o que corresponde à definição de ação política).

Portanto, o campo político é uma espécie de jogo à parte, dentro do qual interesses específicos estão definidos e o qual, no limite, pode funcionar bastante como um campo de poetas ou matemáticos, em autonomia quase total. Para compreender o que acontece na poesia contemporânea – e isso é o que faz as pessoas pensarem que as análises sociológicas são impotentes – pode-se aparentemente dispensar o conhecimento do que acontece no mundo político, sendo as leituras externas, neste caso, muito redutoras. Um estudo da música francesa do século dezanove que tenta relacionar a música de Fauré diretamente às greves em Fourmies, e outros dramas sociais contemporâneos, as vê como

forma de escapismo⁵, em outras palavras, um meio de escapar da dureza das condições sociais, esquecendo as greves, as revoltas da classe trabalhadora, etc. Essas leituras são obviamente ridículas. Em campos literários ou artísticos muito avançados, muito autônomos, a tentativa de fazer uma conexão direta entre o que acontece no campo e eventos externos, como uma guerra, uma epidemia ou uma crise econômica, é claramente inefetivo, e pode-se imaginar estados dos campos políticos nos quais o mesmo seria verdadeiro, quer dizer, com populações que são muito pobres culturalmente e economicamente, e por aí vai, e portanto totalmente destituídas dos meios de opinião política – microcosmos políticos que funcionariam como vasos fechados exatamente como o universo dos poetas, assim, para entender o que acontece em tal universo, somente se necessitaria saber que interesses foram gerados dentro dele. Para entender as correntes, tendências, frações ou facções em um espaço político muito autônomo, somente tem que se saber as posições relativas dentro do microcosmo dos agentes envolvidos. É dentro do campo que as diferenças são geradas, o que não significa que elas sejam puramente diferenças pessoais; são diferenças com base social, mas a base social não está onde as pessoas pensam que esteja, no espaço social global, mas sim dentro do microcosmo político.

Tomei exemplos de subcampos dentro do campo, mas necessitaria pegar alguns exemplos mais amplos, onde seria visto que uma parte muito significativa do que é constituído o campo político (e isto é o que a intuição populista capta) tem os seu princípio de cumplicidade ligado ao simples fato de pertencer a esse mesmo domínio político. Retraduzida na linguagem antiparlamentar e antidemocrática dos partidos fascistas ou quase fascistas, essas cumplicidades são descritas como participação em um tipo de jogo corrupto. Na verdade, esses tipos de cumplicidades são inerentes na participação no mesmo jogo, e uma das propriedades gerais dos campos é que há lutas dentro dos campos pelo poder de impor a visão dominante do campo, mas essas lutas estão sempre baseadas no fato de que os adversários mais irredutíveis têm em comum aceitar um certo número de pressuposições constitutivas do próprio funcionamento do campo. Para lutar uns com os outros, as pessoas têm que concordar nas áreas de discordância. Há um tipo fundamental de cumplicidade entre os membros de um campo, e os interesses inerentes em pertencer ao campo são a fundação das cumplicidades, ao menos em parte, escondidas dos próprios

⁵ Na conferência francesa, os tradutores ingleses informaram que Bourdieu usou o termo em inglês *escapism*. Decidimos traduzir para o português por acreditar que não altera o sentido usado pelo autor. (N.T).

participantes pelos conflitos dos quais eles são o princípio, cumplicidades que, em outras palavras, geram conflitos que têm o efeito de ocultar o próprio princípio desses conflitos.

Iniciei na descrição do campo político sem explicitar o que tem em comum com o campo das ciências sociais e o campo político. Se eu trouxe esses três universos juntos para tentar moldar uma ideia do relacionamento deles, é porque eles têm em comum o fato de que todos eles reivindicam a imposição da visão legítima do mundo social, eles têm em comum o fato de que eles são o local de lutas internas para a imposição do princípio dominante de visão e divisão. Todos os agentes sociais têm princípios de visão e divisão. Saímos para o mundo social com categorias de percepção, princípios de visão e divisão, que são em parte o produto da incorporação de estruturas sociais. Aplicamos categorias ao mundo – por exemplo, masculino/feminino, alto/baixo, raro/comum, distinto/vulgar – adjetivos que frequentemente funcionam em pares. Nos dicionários, pode-se descobrir o vasto universo dos adjetivos (pesado/leve, suave/picante, etc.) que usamos diariamente, no estado prático, para julgar uma imagem, o trabalho de um estudante (brilhante/dedicado), o estilo de cabelo, e por aí vai. E esses adjetivos que usamos, cuja função em pares que é parcialmente independente, parcialmente superimposta, são categorias no sentido kantiano, mas categorias que são socialmente constituídas e socialmente adquiridas.

O *homo academicus* da variedade das ciências sociais tem a cabeça cheia de pares de oposições (explicar/entender, teoria/prática, por exemplo), esquemas implícitos de classificação que nós dominamos no estado prático, que nós sabemos como usar em situações, mas dos quais nós não temos domínio explícito. Muitos julgamentos de gosto estão situados em algum lugar entre o adjetivo e a exclamação. Eles frequentemente têm como princípios práticos esquemas que fazem possível organizar o mundo, mas que permanecem implícitos, e que são muito difíceis de tornar explícitos (pense em dissertações sobre "quantidade e qualidade" ou "métodos quantitativos e métodos qualitativos"), e ainda muito profundamente enraizados no pensamento e mesmo no corpo: um sociólogo americano fez um estudo muito bom sobre a oposição entre "leve" e "pesado", mostrando que "pesado" é mais masculino e "leve" mais feminino e que eles correspondem à distribuição por sexo das várias disciplinas e especialidades. Essas oposições aparentemente vagas e "difusas" são muito fundamentais na medida em que, quando toda uma sociedade as tem na cabeça, acabam por definir a realidade.

Esses esquemas práticos – implícitos, tácitos, muito difíceis de explicitar – são constitutivos da *doxa*, como os filósofos os chamam, em outras palavras o universo dos

pressupostos tácitos que aceitamos como nativos de uma certa sociedade. Mas há também uma doxa específica, um sistema de pressupostos inerentes em uma comunidade no campo: quando nós pertencemos ao campo sociológico, nós aceitamos uma toda uma série de oposições ou semi-oposições que são frequentemente oposições pertencentes ao mundo social abrangente, ligeiramente ajustadas, reordenadas e eufemizadas (para pegar um exemplo entre incontáveis outros, a oposição entre “individualismo” e “holismo” é uma forma mal transformada da oposição entre “individualismo” ou “liberalismo” e “coletivismo” ou “totalitarismo”, e que é a fonte dos seus efeitos simbólicos mais garantidos).

Aqueles que lidam profissionalmente com produzir discursos e tornar as coisas explícitas – sociólogos, historiadores, políticos, jornalistas, etc. – têm duas coisas em comum. Por um lado, eles se esforçam para definir explicitamente princípios práticos de visão e de divisão. Por outro lado, eles lutam, cada um em seu próprio universo, para impor esses princípios de visão e de divisão, e para tê-los reconhecidos como categorias legítimas de construção do mundo social. Quando um bispo declara, em uma entrevista no jornal, que levará vinte anos para os franceses de origem argelina serem considerados franceses muçulmanos, ele está fazendo um prognóstico que é carregado de consequências sociais. Este é um bom exemplo da reivindicação de tratamento legítimo das categorias de percepção, de violência simbólica baseada em uma imposição tácita e subreptícia de categorias de percepção dotadas de autoridade e designadas a se tornar categorias legítimas de percepção, o que é exatamente o mesmo tipo de violência simbólica performada por aqueles cujos rótulos escorregam imperceptivelmente de “islâmico” para “islamista”, e de “islamista” para “terrorista”.

Aqueles cuja profissão é tornar explícitas as categorias de construção da realidade, e a imposição de tais categorias, primeiro têm que transformar os esquemas em categorias explícitas. “Categoria” vem do verbo grego *kategorein*, que significa acusar publicamente: os atos de categorização a que recorremos no dia a dia são frequentemente insultos (“Você é só um...”, “é o tipo de professor...”), e os insultos, aqueles racistas, por exemplo, são categoremáticas, como Aristóteles chamava, ou seja, atos de classificação com base em um princípio classificatório que é muitas vezes implícito, que não precisa definir os seus critérios, a fim de ser coerente consigo mesmo. Assim, uma primeira tarefa é explicitar os esquemas, transformá-los em categorias explícitas no discurso e, talvez, elaborar tabelas sistemáticas de categorias, uma vez que uma boa parte do trabalho ideológico consiste em transformar as categorias implícitas de uma classe, um estrato, em taxonomias que têm um ar coerente e sistemático. Eu os remeto à análise do campo filosófico no tempo de

Heidegger, que desenvolvi em *A Ontologia Política de Martin Heidegger*. lá eu tento mostrar que, sob um certo número de teses filosóficas centrais na obra de Heidegger, há taxonomias de senso comum, como a oposição entre “único” ou “raro” e “comum” ou “vulgar”, entre o “sujeito autêntico”, que é “único” etc. e o *das Man*, “eles”, o “comum”, o “vulgar” etc. Essas oposições derivadas de racismo de classe ordinário – pessoas “ilustres” e pessoas “vulgares” – são convertidas em uma oposição filosófica irreconhecível, provavelmente para passar despercebida diante dos olhos de um professor de filosofia, que pode ser perfeitamente democrático, e que vai comentar o famoso texto de Heidegger (2012) sobre *das Man* sem perceber que ele é expressão irrepreensível de um racismo sublimado.

Assim, aqueles que estão envolvidos nos três campos que eu esbocei se esforçam para tornar explícitos princípios de qualificação que são inicialmente implícitos, práticos, para sistematizá-los, dar a eles coerência (ou, como no campo religioso, um caráter quase sistemático). Então, nesse mesmo processo, eles lutam para impô-los, e as lutas pelo monopólio da violência simbólica legítima são lutas pela realeza simbólica. Refiro-me aqui à etimologia da palavra *rex* (rei), que Emile Benveniste (1995) oferece em seu ótimo livro *O vocabulário das instituições indo-europeias*. *Rex* vem do verbo *regere*, que significa regular, dirigir, e uma das principais funções do rei é *regere fines*, para delimitar as fronteiras, como Rômulo com seu arado. Uma das funções das taxonomias é dizer quem está “dentro” e quem está “fora”, quem são os cidadãos e quem são os estrangeiros. Por exemplo, um dos dramas da luta política na França hoje é que, por meio da irrupção de um novo agente no campo, o *Front national*, o princípio da divisão entre “cidadãos” e “estrangeiros” se impôs muito usualmente a todos os agentes no campo em detrimento de um princípio que antes parecia dominante, a oposição entre “ricos” e “pobres” (“Proletários de todos os países, un-vos!”).

Tendo rapidamente delineado os interesses em comum, volto-me à lógica específica de cada um dos campos em foco. O campo político afirma explicitamente que seu objetivo é dizer o que o mundo social é. Em uma discussão entre dois políticos que bombardeiam um ao outro com estatísticas, o que está em jogo é apresentar uma visão do mundo social como bem fundamentada, baseada na objetividade, porque ela é dotada de referentes reais, assim como fundamentada na ordem social através da confirmação que recebe de todos aqueles que a adotam para si mesmos, que aderem a ela. Em outras palavras, o que começa como uma ideia especulativa vira uma “ideia poderosa”, o que chamamos em francês de *idée-force*, devido a sua capacidade de mobilizar as pessoas ao levá-las a adotar

para si o princípio de visão que é proposto. A imposição de uma definição do mundo é em si mesma um ato de mobilização que tende a confirmar ou transformar as relações de poder. Minha ideia se torna uma *idée-force* através da força que manifesta ao impor a si mesma como um princípio de visão. Uma ideia verdadeira só pode ser contrariada por uma refutação, ao passo que uma *idée-force* tem que ser contrariada por uma outra *idée-force*, capaz de mobilizar uma contraforça, uma contramanifestação. A política é uma luta para impor o princípio legítimo de visão e divisão, em outras palavras, o que é dominante e reconhecido como merecedor de dominar, ou seja, carregado de violência simbólica.

Para recapitular, quais são as propriedades que emergem do fato de que o universo político é um campo? Primeiro, o fato de que o princípio das visões apresentadas para julgamento popular, para aprovação fora do campo, reside em grande medida dentro do campo, na competição entre os agentes individuais e coletivos envolvidos no campo. Assim, por exemplo, e isso sempre surpreende as pessoas, as lutas políticas mais violentas acontecem entre partidos ou seitas ou tendências ou movimentos que são particularmente próximos um do outro no espaço político. Tendo em conta que, no campo político, o objetivo é acumular um poder simbólico para impor crenças, princípios reconhecidos de visão, e que, para impor tais princípios de crença, é preciso ser credível, comandar o crédito, ter acumulado um capital de crença, de autoridade específica, uma autoridade que vem em parte do efeito que ela produz, e finalmente que o capital simbólico possuído pelo agente no campo político é, em parte, um capital distintivo, diferencial, nada é mais ameaçador para o detentor de um capital simbólico que o alter ego, o rival que propõe um programa capaz de privar o detentor de capital de sua própria existência.

Existir em um campo – um campo literário, um campo artístico – é se diferenciar. Pode-se dizer de um intelectual que ele ou ela funciona como um fonema em uma língua: ele ou ela existe em virtude de uma diferença em relação aos outros intelectuais. Cair na indiferenciação – o problema constante do centro no espaço político – significa perder existência, e então não há nada mais ameaçador do que o sócia que dissolve sua identidade. Isso explica por que os dois extremos mantêm um ao outro por sua oposição mútua; no limite, eles podem não ter nenhum outro conteúdo além da relação de oposição. (Da mesma forma, podem ser observados estados do campo literário em que não resta oposição a não ser velho/jovem, seniores/novatos, uma oposição quase vazia).

Eu disse rapidamente que os três campos em questão tinham o mesmo interesse: impor a visão legítima do mundo social. Quer queira ou não, eles percebendo ou não, os sociólogos intervêm neste jogo. Se, por exemplo, eu intervir em uma luta regionalista –um

dos tipos “rex” de lutas, nos termos de Benveniste, ou seja, sobre a definição de uma fronteira: a Occitânia existe ou não? – em vez de tomá-la como um objeto, se eu assumir uma posição na luta pela existência ou não-existência da região da Occitânia, eu posso pensar que eu estou declarando um veredicto científico, mas, na verdade, querendo ou não, estou intervindo em uma parte do debate político⁶. E parte da heteronomia dos sociólogos e outros cientistas sociais surge da tentação de intervir efetivamente como árbitros na luta política (“Deixe-me explicar: não há três classes, como diz Marx, há quatro; deixe-me explicar: a Occitânia é uma pseudorregião, porque há quatro condições para a existência de uma região, e a Occitânia cumpre apenas três delas; deixe-me explicar, nos subúrbios, você não encontra Islâmicos, mas *beurs* assimilados”⁷, e assim por diante). Os sociólogos então assumem o papel que os jornalistas esperam deles. Um sociólogo que responde a uma pergunta sobre a existência ou não da Occitânia será premiado com um certificado de cientificidade se disse ao jornalista, e além dele o leitor do jornal, o que ele espera ouvir e ler (“Ele é um verdadeiro sociólogo, porque realmente diz o que eu acho que é realmente verdade”). E os sociólogos encontram muita dificuldade para resistir a esse papel de ratificação.

O campo das ciências sociais não pretende intervir na luta pela imposição da visão dominante do mundo social. Ele o faz, no entanto, na medida em que as suas descobertas se tornam instrumentos na luta. Por um lado, como todos os campos, o campo das ciências sociais é organizado de acordo com o grau de autonomia das instituições e agentes que estão envolvidos nele, de modo que a “ruptura epistemológica” que tem sido muito discutida desde Bachelard é fundamentalmente uma ruptura com as demandas sociais, com as expectativas sociais que contêm problemáticas. Por exemplo, se um pesquisador das ciências sociais assina um contrato de pesquisa, esta é uma operação muito séria e delicada, uma operação epistemológica que muitas vezes não é percebida como tal. Em particular, um contrato estatal para pesquisa sociológica – uma proporção muito significativa dos recursos com que os sociólogos trabalham vêm do Estado – como um patrocínio de um mecenas para um pintor no *quattrocento*, contém todo um programa. Os pintores tiveram que lutar por séculos para se libertar do mecenato e afirmar a sua autonomia: o direito de usar cores como eles queriam, o direito de escolher o estilo; se a

⁶ A Occitânia se refere ao sul da França. Durante a Idade Média, a língua baseada no latim desta região se diferenciou daquela falada no centro e no norte da França. Desde os anos 1970, a Occitânia – cujas fronteiras são confusas e contestadas – tem servido como um grito de guerra por uma espécie de identidade política regional.

⁷ *Beur*: descendentes de imigrantes do Norte da África radicados na França.

cor foi imposta, o direito de escolher o tema, o direito de retratar o mecenas ou não, retratar de joelhos ou de pé, grande ou pequeno, e assim por diante. Infelizmente, nem todos sociólogos e historiadores, e nem sempre, alcançaram o nível de autoconsciência que os pintores tinham alcançado no *quattrocento*, e eles ainda não aprenderam a negociar contratos de forma a defender seus controles sobre o objeto, sua competência específica, que é a condição da sua autonomia. Os sociólogos têm que aprender como defender sua liberdade para construir seu objeto da forma que acharem adequado, para definirem eles próprios seu programa. Os instrumentos que descrevi, como a noção de campo, são os instrumentos para uma ruptura epistemológica, mas também para uma ruptura social.

Quanto ao campo do jornalismo, por que me parece importante falar sobre ele? Porque (e aqui surge a função cívica ao lado da função científica), parece-me que já há vários anos o campo jornalístico tem exercido um domínio cada vez mais poderoso – e não estamos falando aqui do “poder dos jornalistas” – sobre outros campos e, em particular, no que diz respeito às produções simbólicas, no campo das ciências sociais e no campo político. Pode-se também adicionar o campo filosófico na França, e também o campo científico, na medida em que, pelo desejo de ganhar notoriedade, que está se tornando cada vez mais indispensável para ganhar bolsas e contratos, os cientistas também são obrigados a disputar a notoriedade que só a mídia pode dar. Como a maioria dos campos, o campo jornalístico, que, como vimos, tem bem pouca autonomia, está estruturado com base em uma oposição entre esses dois pólos, entre aqueles que são “mais puros”, mais independentes do poder do Estado, do poder político e do poder econômico, e aqueles que são mais dependentes desses poderes e dos poderes comerciais. A hipótese que eu avançaria – e que é fortemente demonstrada – é de que o campo jornalístico, que é cada vez mais heterônomo, ou seja, cada vez mais sujeito a condicionamentos da economia e da política, está crescentemente impondo seus condicionamentos a todos os outros campos, particularmente aos campos de produção cultural, como o campo das ciências sociais, filosofia etc., e ao campo político.

Por que é importante falar sobre o campo jornalístico e não sobre jornalistas? Porque quando alguém fala sobre jornalistas, fala dentro de uma lógica de responsabilidade pessoal: buscam-se pessoas para pôr a culpa e, por outro lado, oscila-se entre a imagem positiva que os jornalistas continuam a propagar (contra todas as evidências), com o tema do jornalismo como um contrapeso, uma ferramenta crítica (não há democracia sem jornalistas) etc., e a visão oposta que vê o jornalismo como um retransmissor da estrutura de opressão etc. Jornalistas são tidos como responsáveis, e, porque o problema se coloca

em termos de responsabilidade, os agentes visíveis se tornam bodes expiatórios, ao passo que, se falarmos em termos de um campo, substituímos esses agentes visíveis – que, na metáfora de Platão, são as marionetes cujas cordas devem ser encontradas – pela estrutura do campo jornalístico e pelos mecanismos que operam dentro dele.

Tenho salientado o fato de que me parece que o campo jornalístico está perdendo cada vez mais a sua autonomia, e não é difícil ver por que isso é assim: através das “pesquisas de audiência”, os constrangimentos econômicos estão pesando mais e mais na produção, na medida em que anunciantes distribuem suas verbas publicitárias, financiamento sem o qual a televisão não pode viver, de acordo com o tamanho da audiência entregue pelos “índices”. Em outras palavras, através de “índices de audiência”, que afetam particularmente de modo mais pesado o setor mais heterônomo do jornalismo – a televisão – e os setores mais heterônomos do subcampo da televisão, o peso da economia no campo é constantemente crescente. Mas (provando que o jornalismo é de fato um campo), o modelo da área mais heterônoma do campo, o da televisão, está pouco a pouco se espalhando para todo o campo, incluindo suas áreas “mais puras”. Há sinais evidentes para isso: o crescente lugar dedicado à televisão nos jornais, incluindo o *Le Monde*, ou o fato de que os jornalistas de televisão têm cada vez mais peso no mundo jornalístico, até mesmo na gestão da mídia. Dito isto, a dominação do polo comercial não é incontestável e aqui também se vê uma estrutura quiástica homóloga àquela encontrada no campo do poder (com a oposição entre “artistas” e “burguesia”) ou nos campos literário ou artístico (arte pura/arte comercial). O capital cultural permanece ao lado dos jornalistas “mais puros” da mídia impressa, e eles são muitas vezes aqueles que iniciam debates críticos captados pela televisão. A heteronomia ligada à pressão dos anunciantes, por meio de índices de audiência, é intensificada pela atual situação de empregos precários que está ligada à existência generalizada de subemprego dentro das profissões intelectuais. A superprodução de diplomados no ensino superior cria, ao redor dos campos de produção cultural, um exército de reserva cultural equivalente ao antigo “exército industrial de reserva”. A pressão deste exército de reserva sobre os universos de produção cultural facilita uma política de empregos precários em que a censura pode ser exercida por meio do controle político ou econômico.

Na mídia, uma proporção cada vez maior dos produtores culturais específicos encontram-se em alguma forma de estado precário, em contratos de curto prazo e por aí vai. Naturalmente essa precariedade implica uma forma de constrangimento e censura. A autonomia dos pesquisadores e professores que apoiaram Zola no caso Dreyfus era

parcialmente ligada ao fato de que eles tinham contratos fixos – paradoxalmente, o privilégio é a pré-condição da liberdade nesse caso. Assim, a precariedade do emprego é uma perda de liberdade, por meio da qual a censura e os efeitos dos constrangimentos econômicos podem ser mais facilmente expressos. Pode-se dizer o mesmo do Estado.

O campo jornalístico é cada vez mais heterônomo, cada vez mais dominado por seu polo mais heterônomo. O jornal *Le Monde* – não que eu o veja como uma ilha de pureza, de forma alguma, mas tudo é relativo – está submetido ao peso de uma rede de televisão como a TF1, isto é, o polo comercial. Ser um agente dentro de um campo é exercer ali efeitos que aumentam com o peso específico que se tem. Como um físico einsteiniano nos diz, quanto mais energia um corpo tem, mais ele distorce o espaço ao seu redor, e um agente muito poderoso dentro de um campo pode distorcer todo o espaço, faz com que todo o espaço seja organizado em relação a si próprio. O processo a que estamos testemunhando neste momento é aquele em que as forças da heteronomia comercial, encarnada pela televisão mais comercial, estão progressivamente ganhando terreno a tal ponto que todos os campos – jornalismo, setor editorial etc. – são governados por aquilo que poderia ser chamado de “mentalidade de índices de audiência”. Há somente 30 anos, o sucesso popular de um livro era uma espécie de condenação: como nas religiões baseadas na ideia de salvação, o sucesso no mercado era suspeito do ponto de vista de seus valores internos. Hoje em dia, mesmo em um organismo de investigação com financiamento público como o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), o sucesso midiático ou comercial de uma publicação é levado em conta. Em outras palavras, os valores das vendas, contra os quais todas as autonomias específicas foram construídas – todos os microcosmos são construídos contra o comercial, todos eles têm isso em comum, incluindo o campo jurídico – tornam-se, se não dominante, então pelo menos ameaçador, em qualquer campo.

Para entender o que está acontecendo no campo jornalístico, é preciso entender o grau de autonomia do campo e, dentro do campo, o grau de autonomia da publicação para a qual um jornalista escreve. Há índices disto: por exemplo, no caso de um jornal, a proporção de suas receitas que vem do Estado, dos anunciantes etc. Para um jornalista, o grau de autonomia vai depender de sua posição no campo jornalístico, o que significa, por exemplo, sua autoridade. Assim, pode-se estabelecer índices de autonomia, os quais, pode-se presumir, permitiriam prever a forma que os agentes vão se comportar, em particular na sua capacidade de resistir às imposições do Estado ou da economia. A

liberdade não é uma propriedade que cai do céu; tem seus graus, que dependem da posição ocupada nos jogos sociais.

Este jornalismo, cada vez mais dominado por valores comerciais, está expandindo sua dominação sobre outros campos. Em outras palavras, o jornalismo está tendendo a fortalecer a zona mais heterônoma em cada um dos campos – científico, jurídico, filosófico etc. Para resumir, no campo filosófico, ele reforça os “novos filósofos”, os filósofos midiáticos. Ao valorizar o que tem mais valor em mercados externos, ele afeta as relações internas dentro do campo.

Um campo é um campo de forças e um campo de lutas no qual o que está em jogo é o poder de transformar o campo de forças. Em outras palavras, dentro de um campo, há competição pela apropriação legítima do que está em jogo na luta no campo. E, dentro do campo do jornalismo, há competição permanente para se apropriar do público leitor, é claro, mas também para se apropriar do que é pensado para garantir o número de leitores, em outras palavras, o primeiro acesso às notícias, o “furo”, a informação exclusiva, e também a raridade distintiva, “grandes nomes”, e assim por diante. Um dos paradoxos é que a competição, da qual sempre é dita ser a pré-condição da liberdade, tem o efeito, em campos de produção cultural sob controle comercial, de produzir a uniformidade, censura e até conservadorismo. Um exemplo muito simples: a batalha entre as três revistas semanais francesas, *Le Nouvel Observateur*, *L'Express* e *Le Point*, resulta em se tornarem indistinguíveis. Em grande parte, isso acontece porque a luta competitiva entre elas, que as leva a uma perseguição obsessiva de diferença, de prioridade e assim por diante, tende não a diferenciá-las mas sim aproximá-las. Elas roubam uma das outras matérias de capa, editoriais e pautas. Este tipo de competição feroz está se espalhando a partir do campo jornalístico para outros campos. Um exemplo é o campo de prêmios literários, que é um pequeno subcampo das instituições de consagração literária. Dois prêmios foram dados para a mesma pessoa, porque o Prix Médicis, que antigamente era relativamente independente e era entregue no final do ano, após o Prix Goncourt, antecipou a sua data para ficar antes do Goncourt; exasperado, o júri do Goncourt deu o prêmio para o mesmo autor. Outra batalha típica do que acontece no campo jornalístico é que *Le Nouvel Observateur* e *L'Express* um de cada vez adiantam a data de sua publicação em um dia. O que é muito importante para a compreensão de um campo é que a relação direta produtor-cliente é mediado pela relação entre os produtores. Para entender um produto como *L'Express* ou *Le Nouvel Observateur*, não faz muito sentido estudar o público-alvo. A parte essencial do que é apresentado em *L'Express* e *Le Nouvel Observateur* é determinado pela

relação entre *L'Express* e *Le Nouvel Observateur*. Em última análise, os leitores da *L'Express* podem ser para os leitores da *Le Nouvel Observateur* o que os jornalistas da *Le Nouvel Observateur* são para os jornalistas da *L'Express*. Não porque os produtores de cada revista estejam se ajustando aos seus respectivos leitores, mas porque há uma homologia entre o espaço dos microcosmos da produção e o espaço social que o envolve.

Jornalistas são capturados pelos processos estruturais que exercem estrangimentos sobre eles de tal forma que suas escolhas são totalmente pré-constrangidas. Por meio desses processos, é exercida uma espécie de ameaça geral para a autonomia de todos os campos da produção cultural, isto é, para todos os universos dentro dos quais as coisas a que atribuímos mais valor são produzidas – ciência, direito e assim por diante – incluindo o campo político, que, por mais heterônomo que seja, por mais subordinado a restrições externas, tem uma função alquímica.

A demagogia, encarnada em “índices”, destrói as conquistas de autonomia. Dito isto, há uma ambiguidade na autonomia que decorre de sua condição social de possibilidade. A autonomia pode levar a um fechamento egoístico sobre os interesses específicos das pessoas envolvidas no campo. Mas esse fechamento pode ser a condição de liberdade em relação a demandas imediatas e a demagogia. Mallarmé, ao contrário do que frequentemente se pensa (em sua juventude, ele escreveu algumas coisas terríveis sobre a “multidão”, o “povo”), passou a vida perguntando como se pode salvar o que é somente possível na autonomia, no privilégio do esoterismo, enquanto se tenta transmitir ao máximo. A relação entre as condições de produção, isto é, raridade, privilégio, e as condições de difusão é complexa. O que está em jogo não é a oposição elitismo/democracia, mas autonomia/heteronomia. Claramente, para fazer matemática, é preciso ócio. Para Platão, *skholè*, que significa “escola”, mas também “tempo livre”. Mas o jornalismo é imediatismo, é a clepsidra. Você não pode fazer matemática na frente de uma câmera de TV, nem tampouco sociologia. Você não pode fazer nada lá. As pessoas dizem – aconteceu comigo inúmeras vezes: “Você quer vir ao noticiário da noite e falar sobre a crise? Você terá três minutos”. A autonomia pressupõe um preço de entrada: para entrar no jogo da matemática avançada hoje em dia, você tem que ter acumulado algum capital específico da cultura matemática; caso contrário, você nem sequer enxerga onde estão os problemas. Para entrar ao campo sociológico hoje em dia – a maioria dos sociólogos não percebem isso, muito menos os não sociólogos – você também precisa de um monte de capital. É só quando você tem esse capital, o qual lhe permite atravessar a barreira de entrada, que você pode obter autonomia em relação às demandas sociais grosseiras. É porque alguém leu

Max Weber – e tantos outros autores que resistem a demandas sociais grosseiras do tipo: “Você é a favor de uma televisão para um público amplo ou uma televisão cultural elitista?” – que é capaz de dizer: “O problema está mal colocado, eu não vou responder a essa pergunta”. Defender a premissa não é defender elitismo, mas defender condições sociais de produção de coisas que só são acessíveis em determinadas condições. Esta premissa pode também ser uma barreira, protegendo privilégios, mas não necessariamente. Há um problema para entrar, mas há também um problema para sair: esses campos, esses microcosmos, são algo em que você tem que entrar, mas também algo de que você tem que sair. O que Zola fez? O caso Dreyfus é a história de um homem que, estando dentro do campo literário autônomo, que tinha enfim encontrado autonomia (um processo que levou séculos), saiu dele para dizer: em nome dos valores de pureza, liberdade, verdade, e assim por diante, os quais são os do campo literário, eu posso entrar no campo político, enquanto permaneço um escritor (ele não se tornou um político).

A verdadeira questão é a da autonomia, em outras palavras, a questão do direito de entrar e do dever de sair. Pode-se, portanto, levantar de uma forma realmente nova um problema no qual toda a reflexão política sobre o mundo intelectual foi circunscrita: como se pode simultaneamente defender as condições necessárias para a produção de certo tipo de trabalho específico e especializado sem se abdicar da preocupação democrática?

Referências

- BENVENISTE, Émile. **O vocabulário das instituições indo-europeias**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A ontologia política de Martin Heidegger**. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli et al. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 27-78.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução de Fausto Castilho. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 2 v.
- SPINOZA, Benedictus de. **Tratado teológico-político**. Tradução de Diogo Pires Aurélio. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.

DADOS DE PUBLICAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Tradução: L. P. Neto, M. M. L. Pismel

Discussão dos resultados: Todas as autorias contribuíram substancialmente

Revisão técnica: J. Mick

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à *Éditions du Seuil*, na pessoa de Marie Lemelle, por intermediar o contato com a família Bourdieu, que gentilmente nos concedeu autorização para a publicação.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONFLITO DE INTERESSES

As pessoas tradutoras declaram não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

A pesquisa não possui dados. O artigo não contém dados coletados ou obtidos por meio de análises a partir de fontes primárias (exemplos: artigo teórico, ensaio reflexivo e resenha).

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à revista Estudos em Jornalismo e Mídia os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em *site* pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Daiane Bertasso Ribeiro
Flávia Garcia Guidotti
Rogério Christofolletti

HISTÓRICO

Recebido em: 26-05-2025
Aprovado em: 17-03-2026
Publicado em: 22-06-2026